

HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR DA NOSSA LÍNGUA

HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA: AN INTERDISCIPLINARY HISTORY FROM OUR LANGUAGE

Kaiane Mendel¹

kaiane.mendel@hotmail.com

Carlos Alberto Faraco, linguista, professor aposentado de língua portuguesa e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, é figura conhecida entre os estudantes de Letras. Autor de importantes obras na área de ensino de língua portuguesa e de produção de textos, Faraco destaca-se também como um dos grandes responsáveis pela difusão das ideias de Mikhail Bakhtin no contexto brasileiro. Em *História sociopolítica da língua portuguesa* (São Paulo, Parábola Editorial, 2016, 400 p.), entretanto, Faraco nos lembra o porquê de ser consagrado como especialista em linguística histórica, bem como mobiliza a experiência adquirida a partir de seu envolvimento com diversas questões de políticas linguísticas no Brasil.

O livro, dividido em dois grandes capítulos – o primeiro, *História*, e o segundo, *Rumo à lusofonia* - acrescidos de uma rápida conclusão, conta ainda com uma apresentação em que o próprio autor explica suas motivações. Com “as línguas são fascinantes” (p. 9), Faraco dita suas primeiras palavras, bem como o tom de fascínio que acompanha o percurso do leitor ao longo da história reconstruída por ele. Ao contrapor seu livro aos estudos de linguística histórica denominados de *história interna* - aqueles que se preocupam com as mudanças do sistema linguístico - o autor nos apresenta sua *história sociopolítica* da língua portuguesa, facilmente associada aos estudos de *história externa* das línguas, os quais são voltados para questões políticas e sociais de seus falantes e, de certa forma, foram relegados a um segundo plano nos estudos linguísticos durante muito tempo.

A obra, que impressiona pela extensão - o empreendimento de 400 páginas é fruto de mais de uma década de trabalho - surpreende também pela abundância de referências e de remissão a outras leituras, seja ao longo do próprio texto, seja por meio de notas de rodapé. Nesse sentido, além de apresentar um volume bastante consistente de informações que fundamentam suas reflexões, Faraco reconhece as limitações do livro em diversas passagens,

¹ Mestranda em Linguística Aplicada no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

indicando, ao leitor interessado, outros especialistas que oferecem uma discussão mais aprofundada de determinadas temáticas. Em relação às suas fontes de pesquisa, cabe notar a observação feita pelo autor acerca da lacuna de trabalhos multi e interdisciplinares de história sociopolítica nas contribuições anteriormente realizadas por filólogos e linguistas. Nesse sentido, *História sociopolítica da língua portuguesa* elenca uma variedade de conhecimentos para além das disciplinas de Letras, advindos de áreas tais como história, política, geografia e economia.

A perspectiva histórica acompanha o leitor ao longo de toda a publicação, visto que a história da língua portuguesa é recuperada a partir da variedade falada na região da *Gallaecia Magna*, onde atualmente se localizam a Galiza e o norte de Portugal. O primeiro e mais longo capítulo, *História*, apresenta 24 seções, sendo as sete primeiras voltadas à origem e expansão da língua portuguesa na Europa. Tal parte inicial, apesar de muito informativa, pode causar certa resistência de leitura, dado seu caráter histórico e distante das questões mais emergentes na atualidade. A um leitor desavisado ou menos interessado em datas e eventos históricos, cabe a ressalva de que vale o esforço de insistir na leitura, pois, apesar de cansativa em alguns momentos, devido a um certo detalhamento e às longas passagens de outras obras - abrangendo textos em galego e castelhano, inclusive - o livro torna-se cada vez mais instigante no decorrer das páginas.

Alinhado a visões contemporâneas sobre linguagem ao demonstrar-se consciente de que o que rotulamos como determinada língua é decorrente de “fenômenos fundamentalmente socioculturais e políticos” (p. 47), Faraco dedica-se a discutir tanto o batismo da língua portuguesa quanto da língua galega, demonstrando que a estabilização da identidade dos “vernáculos” foi um processo longo perante o poderoso latim. Em seguida, ao tratar do momento em que *A língua portuguesa sai da Europa*, Faraco quebra a organização cronológica e nos oferece um breve panorama bastante ilustrativo da colonização e posterior descolonização portuguesa, acompanhando os países de língua oficial portuguesa até a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Faraco passa então a perseguir a expansão portuguesa e suas consequências linguísticas, tecendo considerações sobre os diferentes cenários em que a língua portuguesa se fez presente para além do continente europeu. Alguns dos recursos de que portugueses e falantes de outras línguas lançaram mão são dignos de atenção especial do autor, a exemplo dos *línguas*, “falantes de português que sabiam outras línguas ou aloglotas que aprendiam o português” (p. 63), *pidgins* e línguas crioulas de base portuguesa. Ao adentrar na realidade colonial, Faraco desfaz os mitos em torno da suposta missão civilizatória utilizada como justificativa pelos portugueses ao longo dos séculos; a língua como uma exigência para o

reconhecimento da cidadania, bem como os dados sobre a escolarização nas colônias portuguesas deflagram que “a língua funcionava como fator de segregação e como um dos instrumentos de que se servia o colonizador para manter sob controle a rígida estrutura socioeconômica colonial” (p. 81). O papel das autoridades religiosas - a exemplo das missões jesuíticas - também é digno de destaque, principalmente no que tange à manutenção da organização social sob o poder hegemônico do colonizador.

O primeiro capítulo de *História sociopolítica da língua portuguesa* adquire ainda mais força na sua segunda metade, por reconstruir a história do Brasil em paralelo à história da língua portuguesa, fornecendo um panorama que vai do Brasil Colônia à atualidade. Faraco dedica-se a uma longa análise do *Diretório dos Índios*, de 1757, revelando que, na realidade concreta do cotidiano brasileiro, a língua portuguesa não se tornou hegemônica no Brasil devido à política linguística de Marquês de Pombal, visto que as línguas gerais continuaram a ser amplamente faladas ao longo do século XIX, sobretudo no território amazônico. Como bem observado pelo autor, ao contrário do que a maioria de nós poderia crer, a medida pombalina representa “muita letra de lei, portanto, para pouco efeito prático” (p. 120).

Ao introduzir o leitor ao cenário sociolinguístico decorrente das línguas gerais no Brasil, Faraco começa a traçar o modo desigual como se deu a disseminação da língua portuguesa no país, e, a partir disso, seus escritos constituem uma reflexão obrigatória na formação dos professores que hoje lecionam essa língua. Somos apresentados a uma série de fatos que têm implicações importantes para a polarização sociolinguística entre *português brasileiro culto (standard)* e *português brasileiro popular*, que nasceu “da profunda divisão socioeconômica característica da sociedade colonial escravocrata e da transmissão linguística irregular” (p. 148). O contato entre muitas línguas distintas e a aquisição do português como L2 por aloglotas escravizados, sem escolarização, favoreceram a difusão do português, ao mesmo tempo em que resultaram nas variedades do português popular, posteriormente recusadas pelas elites. É em tom de denúncia que história e contemporaneidade são postas lado a lado: “Se a cor da pele funcionava (e continua funcionando) como marcador social da diferença, a língua portuguesa polarizada cumpria (e continua cumprindo) essa mesma função” (p. 148). Reivindicando uma autocrítica da sociedade brasileira perante sua cara linguística, Faraco também menciona o mito do monolinguismo. Para tanto, versa sobre as línguas indígenas, africanas e de imigração, conferindo uma exposição mais detalhada sobre as últimas.

Se, no Brasil, a língua portuguesa é heterogênea, também o é para além dele, seja em relação a Portugal, seja em relação às variedades não nativas, aquelas que emergiram “em sociedades coloniais quando a língua europeia foi apropriada basicamente como língua

segunda por populações originárias do território ou para ele transpostas” (p. 172). Novamente, a questão da denominação da língua vem à tona em *História sociopolítica da língua portuguesa*, através da recuperação de momentos que intercalaram aproximação e recusa da variedade europeia. Nesse sentido, Faraco abre espaço para a última e mais longa seção do capítulo, voltada à construção da língua imaginária. A idealização uniformizadora é apresentada a partir de três frentes: a dicionarística, as questões ortográficas e a gramaticografia. Dessa forma, ao tratar da *norma curta*, ideia retomada de publicações anteriores (Faraco, 2008), Faraco faz um apelo para que se redesenhe a norma brasileira do “bom uso”, estendendo sua crítica ao purismo existente em diferentes instâncias da vida social:

Na área da língua, isso significa que, no ensino e nas práticas sociais, é indispensável, em primeiro lugar, respeitar todas as expressões sociolinguísticas, combatendo todos os preconceitos e toda a violência simbólica que se pratica tendo a língua como pretexto.

E segundo, é indispensável garantir o acesso de todos à cultura letrada e, como subproduto, à variedade de língua que se pratica nela. (p. 215)

Essa verdadeira aula de ensino de língua portuguesa dá prosseguimento ao panorama da gramaticografia, o que inclui a contribuição dos estudos linguísticos para as gramáticas publicadas no final do século XX e início do século XXI, além de menção à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e portuguesa. Ao apontar Celso Cunha e Lindley Cintra (1985) como uma possibilidade para a elaboração de uma gramática ecumênica da língua, Faraco amarra a transição entre os dois grandes capítulos de sua obra.

Em linhas gerais, *Rumo à lusofonia* é um capítulo permeado por questões de ordem política. Inicialmente, com a seção *Um Portugal maior que Portugal*, acompanhamos uma narrativa que olha com desconfiança para os ideologemas que, ao longo dos séculos, construíram a suposta grandeza da nação portuguesa. Para tanto, são mencionados Padre Antônio Vieira, com o seu Quinto Império; Fernando Pessoa, com sua tese de que o Quinto Império seria cultural e encarnado na língua; Agostinho da Silva, com a nostalgia e esperança mística que refletiram, de certa forma, na própria CPLP; e por último, mas não menos importante, Gilberto Freyre, criticado por sua teoria *lusotropicalista*, que em muito reforçou o suposto caráter benevolente da colonização portuguesa.

Na linha das iniciativas político-diplomáticas, Faraco descreve diversos eventos de (des)união entre Brasil e Portugal, em uma discussão que só mais recentemente passa a

figurar na agenda de alguns dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)². Somos então apresentados à criação da CPLP, suas motivações, objetivos - entre os quais a promoção e difusão da língua portuguesa - e entraves. A fragilidade de uma entidade como a CPLP torna-se ainda mais evidente ao longo da extensa reflexão sobre o conceito de lusofonia, discurso que, de certa forma, disfarça uma estratégia neocolonialista. Contrastando-a com outras “fonias”, quais sejam, a anglofonia e a francofonia, bem como a noção de hispanidade, Faraco conclui que a ideia de lusofonia é uma *quimera*. Nesse cenário, a prometida promoção e difusão da língua portuguesa é bastante divergente, com uma gestão política que, quando existente, revela caminhos opostos no Brasil e em Portugal.

Posto que a política internacional de lusofonia não parece prosperar, Faraco, em suas breves palavras de conclusão que constituem o derradeiro capítulo da obra, tenta responder se há *Alguma esperança para o mundo da língua portuguesa?*. Seguindo o tom de lucidez que rege o livro, vários problemas são elencados, o que não impede o autor de alimentar alguma esperança. Ainda que com alguma desconfiança, Faraco lança mão de modelos teóricos que colocam o português entre as doze línguas supercentrais – segundo os cálculos de Swaan (2001) – ou em nono lugar, de acordo com o *Barômetro de Calvet*, em tentativas de medir o peso das línguas no mercado globalizado. O livro, por fim, é encerrado com uma espécie de agenda de trabalho para o destaque internacional da língua portuguesa, cujas tarefas, se bem observadas, dependem de um esforço conjunto e interdisciplinar.

Carlos Alberto Faraco consolida-se como linguista de excelência nessa publicação, que certamente será objeto de muitas outras apreciações positivas e de reconhecimento, como já o foi ao receber o prêmio Antenor Nascentes da Academia Brasileira de Filologia. *História sociopolítica da língua portuguesa* é de leitura obrigatória para os estudiosos de língua portuguesa, independentemente da visão de linguagem ou interesses de pesquisa. A obra, ainda que teça uma narrativa bastante coerente, apresentando fatos em ordem mais ou menos cronológica, pode também ser lida de forma não linear, desrespeitando a ordem proposta pelo autor. Para os que atuam com formação de professores, bem como para os que atuam diretamente em sala de aula, não importando o nível de ensino, pode ser transformadora a experiência de leitura da última centena de páginas do primeiro capítulo do livro, a partir da seção *A língua portuguesa se torna hegemônica no Brasil*; aos professores de Português como Língua Adicional, especialmente, cabe a discussão presente na seção *A lusofonia*, que encerra o capítulo dois.

² Estão inclusos nesse grupo Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial.

Ao estender sua pesquisa para fontes de outras áreas do conhecimento, Faraco alarga o entendimento de história da língua que até então vinha sendo mais proeminente nos estudos linguísticos, oferecendo um livro que contempla questões que escapam ao sistema da língua. Por isso, é uma obra de referência com contribuições para além do mundo das letras, com potencial para fomentar discussões que aproximem os estudiosos da linguagem e das demais ciências humanas e sociais.

Referências

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SWAAN, A. de. **Words of the world**: the global language system. Cambridge: Polity Press, 2001.